

# PREVIDÊNCIA, A GENI DE 2017

GILBERTO SCHÄFER

Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública  
presidencia@ajuris.org.br



Depois de passar o sofrido 2017 sendo a Geni apedrejada pelo governo federal, a Previdência, na última estação de sua via-crúcis anual, foi vidraça para a “sutileza” do recém-empossado ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Escancarando o uso do método popularmente conhecido como toma lá dá cá, a mais nova autoridade do Planalto disse, em entrevista, que a liberação de financiamentos de bancos públicos são ações de governo e, por isso, “deve ser discutida alguma reciprocidade”, conforme registrou ZH.

A frase colocou em pé de guerra os governadores do Nordeste, que, sentindo-se chantageados, exigiram explicação de Marun. “Afirmo, como reafirmo, que vou dialogar de forma especial com aqueles que estão sendo beneficiados por ações do governo, pleiteando o seu envolvimento no esforço que estamos fazendo para realizar as reformas que o Brasil necessita”, reagiu ele, resolutivo, ao melhor estilo tropa de choque, num trecho da nota que foi forçado a emitir.

O fato é que um tema que trata de aposentadorias e pensões, benefícios que garantem o sustento às pessoas depois da vida laboral, teria de ser tratado com o devido respeito pelo governo federal, que iniciou sua cruzada legislativa para aprovar a

reforma em dezembro de 2016. Como o governo não ouviu a sociedade civil organizada e desprezou dados fidedignos contrários aos seus em relação aos números da Previdência, a reação popular cresceu e os votos necessá-

Um tema que trata de benefícios que garantem o sustento às pessoas teria de ser tratado com o devido respeito

rios à aprovação não foram alcançados nem dentro da própria base governista. Mesmo que a proposta de reforma tenha sido alterada em alguns pontos no meio do caminho, sem amenizar, no entanto, os principais ataques aos trabalhadores.

Jogando pesado, inclusive com a veiculação de uma campanha publicitária que vende gato por lebre e também deslegitima o processo de discussão e esclarecimento, o governo, conforme se noticia, pretende votar a matéria na Câmara dos Deputados em fevereiro. Até lá, certamente protagonizará outros fatos reprováveis que confirmarão que Marun é apenas mais um nome na sucessão de escárnios contra a Previdência no numeroso pelotão comandado por Temer.